



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC.

Aos treze dias do mês de novembro de 2019, às 19h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, realizou-se a Audiência Pública para apresentação da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Palhoça.

O Prefeito realizou a abertura agradecendo a participação dos presentes e o comparecimento dos vereadores, dos representantes dos conselhos comunitários, do CONSEG, da Agência reguladora ARIS, da ACIP, da PROCREP e em seguida demonstrou a preocupação com os dados acerca do saneamento básico no município e justificou que a escolha da realização de uma concessão foi apontada nos estudos desenvolvidos pelas empresas que participaram do Procedimento de Manifestação de Interesses (PMI), apontando o modelo como única alternativa viável a ser adotada pela gestão do município. Lamentou o baixo número de membros da comunidade presentes, ressaltou a importância do engajamento da população para contribuir com o desenvolvimento do município. Informou que antes da audiência pública as entidades de representação, tais quais Observatório Social, OAB, ACIP, CDL, LIONS, PROCREP, MPSC, TCE-SC, Câmara de Vereadores, Conselhos Comunitários foram convidadas para apresentação prévia e esclarecimentos acerca do projeto e reforço do convite para a presente audiência pública.

Apontou que o objetivo do projeto é atingir a universalização de esgotamento sanitário, reduzir a perda de água, aumentar a eficiência na distribuição de água no município. O prefeito também reforçou a importância da continuidade do projeto próximo mandato, frisando a necessidade de que a próxima gestão incorpore a demanda no seu plano de governo. Por fim, explanou que será aberta a Consulta Pública nos próximos 30 dias, onde todos os materiais produzidos sobre a Concessão estarão disponíveis para consulta e questionamentos no site da Prefeitura ou de forma presencial na Secretaria de Administração.

Terminada a abertura, o Prefeito passou a palavra à Secretária de Administração, Cristina Schwinden, que apresentou um vídeo institucional com o objetivo de dar um panorama sobre tema. Após o vídeo, Schwinden apresentou as regras da Audiência e informou que todos os questionamentos serão publicados no site. Também fez um breve resumo de como se dará a Concessão, informando que o processo se trata de uma licitação na modalidade de concorrência pública para uma concessão comum com prazo de trinta anos de contrato.

Retomando o ponto abordado pelo Prefeito, a Secretária apresentou o histórico do processo, afirmou que a movimentação em prol da universalização do saneamento se iniciou em 2013, quando a atual gestão assumiu. Em 2014, foi contratada a empresa que iniciou a elaboração do Plano de Saneamento, cumprindo todas as etapas que a legislação acerca de planos participativos prevê (audiências públicas, reuniões nas comunidades etc.), gerando como produto um documento prevendo as metas de saneamento do município para os próximos vinte anos. A aprovação do Plano na Câmara de Vereadores se deu em 2018 e a Prefeitura, em 2017, lançou o Programa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

“Palhoça Mais Eficiente” com o objetivo de adiantar o processo, lançando em 2019 o Edital de PMI.

O edital de PMI que contou com a participação de seis empresas, sendo que três delas apresentaram o estudo. Partes significativas de cada estudo foram utilizadas para a elaboração do Edital de Concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise e ponderações após a Consulta Pública.

Em justificativa ao porquê de investir em saneamento agora, a Secretária aborda a necessidade de investimento nessa área, tendo em vista o crescimento populacional de 320% durante o primeiro contrato estabelecido com a CASAN, sem que houvesse nenhum investimento por parte da empresa em infraestrutura.

Em se tratando do processo licitatório, a Secretária explica que o critério de julgamento adotado na licitação será técnica e preço, levando em consideração a menor tarifa apresentada ao cidadão junto com a melhor técnica apresentada para execução do plano e afirmou que todos os critérios estarão descritos no edital.

Afirmou também que as fases da licitação respeitarão a ordem de habilitação, proposta técnica e proposta comercial e as condições para assinatura do contrato serão a constituição de uma SPE - Sociedade de Propósito Específico, com sede no Município de Palhoça, garantia de execução do contrato e ressarcimento dos estudos de modelagem da concessão. Quanto à habilitação, serão necessários documentos referentes à garantia da proposta, habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, que também estarão disponibilizados no edital. Na proposta técnica, foi feita uma composição que vai levar em consideração a experiência da licitante, mas principalmente a antecipação de metas, ou seja, a empresa que conseguir antecipar as metas de execução da infraestrutura, combinada com a melhor tarifa, obterá vantagem no que tange a esse ponto.

A Secretária passou a palavra ao consultor da FIPE, André Marques que trabalha há 32 anos na área de saneamento e participou da elaboração da Lei Federal nº 11.445 - Política Nacional de Saneamento Básico. André iniciou explicando que a concessão envolve a água e esgoto de forma integrada e relacionou o crescimento de Palhoça aos investimentos que estão sendo realizados, sendo que a concessão será um grande passo para tanto. Adentrando na proposta, a previsão é que a empresa concessionária faça todo o trabalho de captação, tratamento e distribuição de água, bem como a construção de reservatórios, gestão comercial e controle de perdas, ou seja, o sistema de água e esgoto fica à cargo da empresa, ainda que a titularidade seja do Município, como gestor do contrato. Nas palavras do Consultor, cabe à Prefeitura, a fiscalização de todo o sistema.

Marques salienta que o município optou pelo PMI, um modelo de edital de Chamamento Público, no qual as empresas desenvolvem um estudo acerca do tema no município de Palhoça. Tendo em vista que os estudos foram bem elaborados, optou-se por utilizar partes de todos os estudos.

Passando para o modelo de gestão a ser implantado, André citou os agentes envolvidos no processo: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e a futura concessionária. Informou que a intenção não é excluir nenhum agente do processo, e sim adotar um sistema robusto de fiscalização, onde a SAMAE será responsável pela fiscalização e a



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ARIS será responsável pela fiscalização e regulamentação. Para o Consultor, um ponto interessante é que qualquer equilíbrio de contrato deve passar pela análise da SAMAE e da ARIS para validação das alterações e que o custo de regulação e a operação da SAMAE será pago pela concessionária.

Outro ponto abordado foi em relação a importância da criação indicadores que garantam a eficiência do processo. André afirma que no modelo de concessão se tem agilidade no andamento das obras por conta das metas preestabelecidas e aplicação de sanções à concessionária em caso de descumprimento delas. Portanto, segundo ele, a Prefeitura e a população tem a obrigação de acompanhar o andamento da concessão, para contribuir no atingimento da eficácia das metas. Deve-se atentar ao fato de que o sistema a ser implantado não vai apenas executar infraestrutura nova, como também recuperar o que já existe, fazendo as alterações necessárias para que se alcance um sistema executado da melhor maneira possível. Será de responsabilidade da concessionária o cumprimento dos termos estabelecidos no contrato, como por exemplo o conserto de possíveis vazamentos em um período máximo de horas pré-definido, sempre com aplicação de sanções em caso de descumprimento do contrato.

Após a explanação acerca das metas gerais da concessão, André passou a detalhar cada sistema de abastecimento, a começar pelo Sistema Central. Um dos cenários construídos foi que Palhoça durante os dez primeiros anos continuará dependente do sistema de abastecimento integrado da Grande Florianópolis, sendo abastecida pela CASAN. Mas que no décimo primeiro ano, o município deve possuir um sistema de captação independente da CASAN, com adutora, captação e estação de tratamento próprios. A justificativa para tal ação se dá porque, em números, é significativamente mais barato construir uma estação e operá-la, do que comprar água da CASAN por trinta anos, cerca de $\frac{1}{3}$ do valor.

Com o sistema de captação próprio, o município pode manter um acordo com a CASAN para abastecimento em algum caso específico e talvez, até vender água para a empresa. Tal captação própria se dará a partir do Rio Cubatão do Sul, com uma nova estação de tratamento de água do tipo convencional (com vazão de 855 litros por segundo), com uma nova adutora abastecendo a área central do município, trabalhando com a setorização, dividindo-o em partes para um melhor combate de perdas.

Além disso, o processo conta com a universalização da distribuição de água no ano 2, tendo em vista que 94% do município já conta com abastecimento de água, como também com o aumento da reservação, que atualmente está em 2.700m³ e tem-se de meta para o ano 2 um volume de 9.000m³, para que se aumente a capacidade de abastecimento em casos de pausa na captação, ou em horários de pico de consumo.

Em relação às perdas, tem-se como meta para o ano 20 o atingimento de um percentual de 25% de perda, que hoje é de cerca de 50%. André afirma que o percentual é aceitável, tendo em vista, dentre outros fatores, que parte da infraestrutura já está construída.

Em relação ao Sistema Pinheira, o Consultor explica que o sistema abastecerá a Pinheira, Praia do Sonho e Guarda do Embaú, com captação oriunda do Rio Cachoeira do Sul. Há uma nova estação de tratamento de água em construção, com vazão de 170 litros por segundo, que será ampliada para 214 litros por segundo, com 20km de adutoras que abastecerão a região, também pelo método de setorização, e tem como



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

meta a universalização do sistema no ano 6. Dentre as metas, haverá um aumento na reservação para um volume de 2.650m³, a iniciar no ano 6 e finalizar no ano 19. Já em relação à redução nas perdas, ocorrerá até o ano 14 a redução para 25%.

O Sistema Praia de Fora e Enseada do Brito terá sua captação no Rio Cubatão Sul, a montante da ponte da BR-101, com a construção de uma nova estação de tratamento de água com vazão de 100 litros por segundo (77 litros por segundo para Praia de Fora e 23 litros por segundo para a Enseada de Brito), 12 km de adutora de diâmetros de 200 a 450 mm, também pelo método de setorização, alcançando a universalização no abastecimento no ano 5; aumento da reservação, também no ano 5, para um volume de 1.900m³, e com redução de perdas para 25% até o ano 14.

Em relação ao esgotamento sanitário, André relata que se trata de um investimento estimado de novecentos milhões de reais, sendo cerca de setecentos milhões de reais para infraestrutura de esgoto sanitário e duzentos milhões de reais para infraestrutura de abastecimento de água, enfatizando que a grande problemática de Palhoça é o esgotamento sanitário.

Após estudos e discussões, o melhor sistema encontrado para cobertura do sistema de esgotamento sanitário foi o sistema Norte e Sul, com várias estações (com o aproveitamento de 4 das já existentes). André aborda que o maior sistema é o Norte, cobrindo a maior parte da cidade, com duas estações: o Sistema Cubatão e o Sistema Passa Vinte, na versão final do plano, serão feitos 1.200 litros por segundo para uma população estimada de 411.414 habitantes.

A universalização total; será atingida gradualmente a medida da construção das estações, com a implantação de 600 km de rede. O consultor afirma que se estima módulos de 275 litros por segundo, e o esgoto será tratado a medida dessas construções. Buscou-se também que o máximo de estações fossem do mesmo modelo, para facilitar a operação e diminuir o custo operacional, estando previsto um Reator anaeróbico com manta de lodo e Fluxo ascendente + Biofiltro aerado submerso + Decantador secundário, com exceção da Guarda do Embaú, que terá um modelo diferente, que terá dois sistemas paralelos.

Os custos, nas palavras de André, envolvem:

- O abastecimento de água: captação, adução, tratamento, reservação e rede de distribuição.
- O esgotamento sanitário: tratamento, estações elevatórias, emissários/interceptores e rede coletora.
- Os custos operacionais, além do custo de investimento a ser realizado, como os funcionários e a parte da gestão do processo.

O Consultor também cita os programas que a empresa concessionária deverá realizar, como parte de sua obrigação:

- Programa de combate a perdas físicas (vazamentos) e aparentes (comercial).
- Programa de gestão comercial.
- Recadastramento de todo o sistema comercial.
- Cadastro técnico georreferenciado.
- Centro de controle operacional - CCO, visando enxergar e controlar o sistema a distância.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

- Central de atendimento ao público.
- Programa de eficiência energética.
- Programa de educação ambiental.

Bem como as regras para a concessionária, que será remunerada pela cobrança das tarifas de fornecimento de água e de esgotamento sanitário e prestação dos serviços correlatos, sendo que:

- Não haverá mudança na estrutura tarifária atual dividida em categoria.
- Não haverá aumento da tarifa média atual, em todas as categorias, em relação a água.
- A tarifa referencial de esgoto (TRE) será 90% da tarifa referencial de água (TRA).

Ainda, caberá a empresa concessionária, garantias de execução do contrato e seguros de todos os riscos, como de responsabilidade civil, engenharia e ambientais.

Antes da abertura para os questionamentos, André elencou os próximos passos, a partir da audiência realizada, sendo: a abertura da consulta pública, o envio do processo para o TCE/SC, a previsão da publicação da licitação em 2020, seguido da licitação, publicação do resultado e assinatura do contrato.

Após o recolhimento dos questionamentos, que foram feitos via formulário, a Secretária Cristina e o Consultor André deram início às repostas, que versaram principalmente sobre:

- Pontuação da proposta e sanções para as metas, que serão as mesmas previstas em contrato.
- Critério de fixação do preço da tarifa de abastecimento, que será realizado em conjunto com a Agência Reguladora, da mesma forma como é feito atualmente.
- A suficiência das águas de Palhoça para abastecer o Município, que, conforme André, a projeção é que Palhoça tenha um sistema totalmente independente da CASAN a partir do 10º ano da concessão.
- A falta de água, que geralmente acontece devido à problemas operacionais na captação, e secundariamente por falta de água em si.
- A fiscalização de denúncias de esgoto irregular, que fica a cargo da vigilância sanitária, e deverá ser realizada em conjunto com a empresa concessionária.
- As formas de garantia da realização dos serviços da empresa concessionária e o papel do Município, por meio do contrato, de realizar tal feito, como a outorga para formação do Fundo de Saneamento.

Por fim, a Secretária Cristina abriu a possibilidade dos cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil apresentarem cases de sucesso e ideias para a equipe da Prefeitura sobre a concessão de água e esgoto, dando como encerrada, na sequência, a audiência pública, e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e a presente ata foi lavrada.

Palhoça, SC, 30 de novembro de 2019



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

ANEXOS:

- Apresentação da Audiência Pública para Concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário
- Lista de Presença
- Questionamentos
- Minuta de edital e anexos